

## Lançada no Congresso a Frente Parlamentar em Defesa das Distribuidoras da Eletrobras

Foi realizado terça-feira, dia 25 de fevereiro, em Brasília, no Congresso Nacional, o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Distribuidoras de Energia da Eletrobras, com a presença dos seguintes Deputados: Paulão (PT-AL); Alexandre Toledo (PSB-AL) Francisco Praciano (PT-AM); Pauderney Avelino (DEM-AM); Assis Carvalho (PT-PI); Jesus Rodrigues (PT-PI). E dos Senadores Sergio Petecão (PSD-AC); Fernando Collor (PTB-AL) e a senadora Vanessa Graziotin (PCdo B-AM).

A FNU foi representada pelo seu Presidente, Franklin Moreira, e o Vice-presidente, Nailor Gato, estiverem presentes também diversos dirigentes sindicais.

O lançamento foi muito positivo, pois os parlamentares presentes reafirmaram em seus discursos a importância estratégica das distribuidoras para os estados. E assumiram o compromisso de se empenhar ao máximo em várias frentes, com a realização de ações junto ao Ministério de Minas e Energia, na ANEEL e principalmente junto ao Governo para que a ameaça de privatização seja descartada.

Outro ponto central a ser desenvolvido pela Frente Parlamentar, será buscar oficialmente o compromisso da candidata Dilma Rousseff de não privatizar as distribuidoras de energia da Eletrobras. Em entrevista recente a um grande veículo de comunicação a presidenta disse que não está na agenda a privatização destas empresas, todavia os trabalhadores exigem que seja oficializado como compromisso para o próximo mandato.

Na esfera do Congresso Nacional a Frente Parlamentar vai atuar junto a ANEEL para renovar as concessões das distribuidoras da Eletrobras, para que a ameaça de licitação/privatização seja definitivamente afastada. Outra ação estratégica será a realização de audiências públicas, inclusive com a presença do Ministro Edison Lobão, que entrevistas recentes se mostrou



favorável à privatização das distribuidoras.

A Frente Parlamentar é pluripartidária, mas se formou com o entendimento único de que as distribuidoras de energia da Eletrobras cumprem um papel estratégico para as regiões Norte e Nordeste, onde estão localizados os estados com maior índices de desigualdade do país. Apostar na sua privatização é impedir a continuidade do crescimento econômico e social iniciada no Governo Lula.

# Frente vai propor ações para o fortalecimento das distribuidoras de energia da Eletrobras

A FNU, os sindicatos, a Frente parlamentar e principalmente os trabalhadores (as) têm muito a propor, pois conhecem a realidade das empresas. Pois existem alternativas à privatização, um modelo que já se mostrou ineficaz e altamente prejudicial ao povo brasileiro, em vários setores. Os trabalhadores entendem que falta vontade política e corporativa para a recuperação das distribuidoras da Eletrobras. Hoje, a capacidade de investimento é prejudicada pela aplicação contínua de multas por parte da ANEEL, pelo pagamento de ICMS sobre faturas não recebidas e pelas dívidas milionárias de estados e municípios com as distribuidoras. É fundamental mudanças na legislação para corrigir erros históricos. Esse é o papel da Frente Parlamentar. É importante destacar que poderiam ser utilizados outros critérios para avaliar o desempenho das

distribuidoras de energia da Eletrobras, como a exclusão das despesas não operacionais, como: custo da dívida financeira com a Eletrobras; custo com a compra de energia no mercado de curto prazo-PLD, dentre outros aspectos, que dariam uma nova condição para o fortalecimento destas empresas.

A posição da FNU e dos sindicatos é a defesa de mudanças estruturais que levem maiores investimentos para as distribuidoras de energia da Eletrobras, pois o quadro de trabalhadores tem competência e acúmulo técnico para fazer crescer essas empresas.

Portanto, as distribuidoras tem um papel estratégico a cumprir, e não podem ser tratadas como moedas de troca. A Frente Parlamentar em Defesa das Distribuidoras da Eletrobras será uma trincheira de luta em defesa do patrimônio público.

## Privatização das distribuidoras reflete o fracasso da gestão privada

A FNU lembrou aos parlamentares presentes que ações de privatização realizadas pelo país foram desastrosas, como no caso da Celpa, no Pará, e das empresas distribuidoras na região centro-oeste. Onde não foram feitos os investimentos necessários, a gestão temerária levou a uma situação financeira caótica, que se reflete nas péssimas condições de trabalho, demissões, terceirizações indiscriminada e serviços de baixa qualidade para a sociedade. No caso da Cemar, no Maranhão, os investimentos recebidos são fruto do programa Luz para Todos, do Governo Federal, a gestão da empresa é ineficiente e persegue os trabalhadores através

de práticas antissindicais, como no caso do companheiro Leno, que foi demitido por questionar a proposta da empresa durante uma assembleia. No Sudeste, especificamente em São Paulo, existe o chamado corte seletivo de energia, situação gerada pelos parcos investimentos do grupo controlador. E que afeta quase que prioritariamente regiões mais pobres. Em muitos casos é chamado novamente o Estado para intervir nestas empresas, ou seja, o capital privado quer apenas o "filé", o lucro, mesmo que custe a morte de centenas de trabalhadores. Mas na hora de investir alegam não ter dinheiro. Esse é o cenário das privatizações no setor elétrico.